

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS

Ao vigésimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às dez horas, ocorreu a reunião ordinária do Colegiado de Unidade do Instituto de Educação de Angra dos Reis, da Universidade Federal Fluminense, através de função remota. Estavam presentes: o professor Augusto César Gonçalves e Lima, Diretor do IEAR, os professores titulares deste colegiado, Anderson Mululo Sato, André Luiz de Jesus Rodrigues, Domingos Barros Nobre, Maria Onete Lopes Ferreira e Silmara Lídia Marton. Presentes os professores suplentes, neste momento substituindo os professores titulares ausentes, Ana Paula Antunes Rocha, Maína Bertagna Rocha, Mônica Richter, Paulo Jorge Vaitsman Leal. Presente o representante dos técnicos administrativos Francisco Manoel Ribeiro. Presentes ainda os professores Andréa Cristina Pavão Bayma, Lício Caetano do Rego Monteiro, Marcos Marques de Oliveira, os técnicos administrativos Alfredo José de Mattos Neto, Aloísio Afonso de Araújo Kelmer, Edson Soares da Conceição, Julio Cesar Barbosa Machado Junior, Márcia Rodrigues Meschesi e Wagner Marcelo de Almeida de Farias, e os estudantes Barbara da Costa Amoras, Beatriz de Abreu Ferreira Moreira, Bianca Letícia Vale, Charles Gonçalves, Luiza Henrique Homem, Michelle Targino Morgado, Rodrigo de Paula Oliveira, Weslem Camargo do Nascimento. A reunião iniciou-se com a presidência do professor Augusto César Gonçalves e Lima, com a pauta única enviada previamente: **1) Aprovação da minuta da ata da reunião extraordinária de 18/09/20** - O professor Augusto apresenta a proposta de alteração da ata realizada pelo MARUFF. O professor André não apresentou discordâncias sobre as alterações na ata proposta pelos estudantes, entretanto sugere a retirada das falas de outras pessoas, as quais não se encontram na reunião no momento para opinar. O professor Lício fala que discorda no modo como a ata está sendo realizada, pois esta deve conter um resumo dos assuntos abordados. A professora Onete fala que a ata deve ser um registro das decisões tomadas e não um registro histórico das discussões e sentimentos envolvidos. O aluno Weslem fala que os professores também possuíam a oportunidade de propor acréscimos à ata, porém não o fizeram e que, retirar da ata a fala de algum deles pode descontextualizar a fala de outros participantes. A estudante Bianca Letícia comenta que é um paradoxo haver a questão em que é falado que as reuniões são democráticas, mas que após haver reunião em que a pauta única são os estudantes, eles não tem direito ao voto e ainda surge proposta de neutralização das falas dos mesmos, enviadas antecipadamente. A aluna Bárbara reconhece que o modelo de ata a respeito da reunião abordada foge do tradicional, porém que isso é necessário para registrar questões relevantes para os estudantes que não estariam representadas na ata original. São apresentadas duas propostas: 1 - Manter a ata com os acréscimos dos estudantes, porém retirando a fala atribuída ao professor Andrés; 2 - Manter a ata com a integralidade das propostas realizadas pelos estudantes. A professora Ana Paula se absteve pois diz que não acompanhou todo o processo. A professora Silmara diz: abstenho-me, pois discordo do processo de construção das atas da reunião do dia 18/09 compreendendo que não

45 deveriam ser feitas como o foram em suas versões, com excesso de fala de alguns e
46 ausência de fala de outros, comprometendo o seu entendimento e ainda em desacordo
47 com a sua função institucional, que seria uma síntese dos pontos discutidos, com os
48 encaminhamentos e decisões. Abstenho-me porque a aprovação abre o precedente para
49 a realização de futuras atas realizadas da mesma forma. Em votação, a proposta 1 foi
50 escolhida recebendo 8 votos. Foram 2 abstenções e 0 votos para a proposta 2. 2)
51 **Aprovação da minuta da ata da reunião ordinária de 24/09/20** - A ata em questão
52 foi aprovada; 3) **Solicitação de prorrogação de licença de doutorado da servidora**
53 **Adriana Manzollilo** – O professor Augusto apresenta a situação da técnica Adriana,
54 que pede prorrogação de sua licença até março de 2021. A professora Andréa questiona
55 se a licença original foi aprovada em ata anteriormente. O professor Augusto responde
56 que não foi registrado em ata, pois de acordo com as normas era um ponto em que cabia
57 uma decisão unicamente administrativa, resolvida pela chefia imediata. A professora
58 Andréa fala que não vê sentido em tratar deste assunto em ata se a aprovação original da
59 licença não foi registrada, se posiciona contra a ausência de registro de uma licença de 3
60 anos concedida a uma técnica administrativa, releva então a importância dos registros
61 históricos para a tomada das decisões. Diz também que não se posiciona contra a
62 licença de três anos e sim, pela forma como foi aprovada. Também diz que é importante
63 que toda comunidade tenha o mesmo direito. As propostas são: 1 – Prorrogação da
64 licença; 2 – Não prorrogação da licença. Em votação, foram verificados 9 votos para a
65 proposta 2 e 1 para a proposta 1. Sendo assim, a decisão do colegiado é pela não
66 prorrogação da licença da servidora Adriana; 4) **Creditação da Extensão** – A
67 professora Silmara fala que já existe uma resolução sobre a data de 18 de dezembro de
68 2018, onde são estabelecidas diretrizes de modo que a extensão possa se integrar às
69 matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Aborda o artigo 4 onde as atividades de
70 extensão devem compor 10% das atividades dos cursos de graduação, ou seja, 320h.
71 Fala também que isso é preocupante, pois os prazos estão apertados para entrega destas
72 comprovações. Fala que a UFF encaminhou uma minuta, embasada por esta resolução,
73 que orienta como estas questões relativas à extensão poderiam ser trabalhadas. Em
74 seguida, a professora Silmara faz uma breve leitura da minuta, repassando seus
75 principais pontos. O professor Domingos reforça a necessidade de uma coordenação de
76 extensão no instituto, de modo a ampliar a oferta de atividades de extensão para que seja
77 possível creditar os 10% exigidos para formação curricular. O professor André fala que
78 muitos estudantes trabalham e possuem dificuldades de se inserirem em atividades
79 extracurriculares, de modo que atividades deveriam ser pensadas também neste sentido.
80 A professora Andréa fala que antes de pensar em como se adequar a esta lei, seria bom
81 pensar se ela é justa ou não, devendo esta norma ser discutida politicamente. A
82 professora Andréa propôs que, em vez de nos adequarmos acriticamente à normativa do
83 governo que foi imposta sem discussão entre a comunidade acadêmica, deveríamos
84 fazer uma discussão política desta normativa e, se a considerarmos inoportuna para a
85 formação de nossos estudantes, possamos lutar politicamente contra a sua imposição. E,
86 ainda, caso percamos a luta, passamos nos adequar a ela de forma a não prejudicar a
87 formação dos estudantes. O professor Augusto diz que faz sentido esta abordagem, mas
88 que muitos professores passaram a saber desta lei na presente reunião. O

89 encaminhamento prevê discussões neste quesito nos NDEs dos cursos, retornando a este
90 ponto nas próximas reuniões. **5) Participação do IEAR no Programa de Educação**
91 **Ambiental 2 - Programa da FIOTEC (FIOCRUZ), com participação do OTSS e**
92 **UNESP** – O professor Sato fala que este processo de participação do IEAR em
93 programas de educação ambiental já vem acontecendo há alguns anos. Em seguida
94 apresenta o histórico de atuação do IEAR com o FCT e o OTSS. Apresenta também o
95 PEA Costa Verde (Fase II), onde haveria oportunidades para graduandos, mestrandos e
96 doutorandos, inclusive visando à iniciação científica. Seriam 25 comunidades
97 pesqueiras atendidas em Angra dos Reis e Mangaratiba. No total, seriam 109
98 comunidades se considerada toda a área do programa. São atendidos grupos caiçaras,
99 indígenas e quilombolas. O professor Lício fala que no momento o projeto já consta
100 com a participação dos professores Domingos, Lício, Sato e Paulo, mas que pode se
101 estender a outros, incluindo técnicos e alunos. A aluna Bárbara pergunta sobre como se
102 daria o início das atividades perante o cenário remoto. O professor Sato responde que a
103 o projeto ainda se encontra em fase inicial e de ajustes de trabalho, de modo que foi
104 pensado em momento antes da pandemia, porém já está sendo adaptado para integrar o
105 aspecto remoto. O colegiado aprova a participação do IEAR no projeto, sendo os
106 representantes e coordenadores os professores já atuantes: Domingos, Lício, Sato e
107 Paulo. **6) Posicionamento do IEAR sobre a construção da Hidroelétrica no Bracuí** –
108 O professor Augusto fala que está sendo formulada uma carta, juntamente com
109 entidades da região, para se posicionar contra a construção da hidroelétrica, abordando
110 os impactos ambientais que estariam sendo desconsiderados no projeto. O professor
111 Lício coloca que esta carta visa questionar junto ao Ministério Público Federal o
112 licenciamento desta construção, que afetaria diretamente as comunidades da região. O
113 professor Sato fala que o projeto da construção peca pela ausência de informações e
114 aborda sobre os possíveis impactos dessa hidroelétrica em uma outra barragem próxima,
115 que inclusive já possui um laudo de risco da Defesa Civil de Angra dos Reis. O
116 professor Paulo fala que a barragem da hidroelétrica seria construída logo acima da
117 cachoeira do Bracuí e haveria significativos impactos negativos ao ponto turístico em
118 questão e sobre um trecho grande do rio. Além do impacto sobre as atividades turísticas,
119 muitos outros impactos negativos seriam trazidos durante e após as obras, tanto para a
120 população de Bananal como do bairro do Sertão do Bracuí e para as comunidades
121 quilombola e indígena, próximas à área pretendida para o empreendimento. O colegiado
122 aprova sua participação na carta, se posicionando contra a construção da hidroelétrica.
123 **7) Criação de GT Revisa UFF sobre decreto 10139/2019** – O professor Augusto fala
124 que foi requisitado pela UFF a constituição, por parte do IEAR, de um GT, com base no
125 decreto 10.139/2019, onde quaisquer normatizações emitidas por órgãos públicos,
126 inferior a decreto, devem estar registradas e validadas adequadamente, devendo tais
127 pontos serem verificados no âmbito institucional para que mantenham sua validade. O
128 professor Augusto fala também que os técnicos poderiam ser os responsáveis por esta
129 verificação. O técnico Francisco fala que concorda com a participação dos técnicos
130 neste trabalho, porém que certos encaminhamentos que são abordados neste estudo
131 seriam de ordem pedagógica, de modo que aborda a importância de professores neste
132 GT. O professor Sato sugere que seria aprovada a criação do GT, porém que os

133 participantes seriam escolhidos em reunião de gestão futuramente. A sugestão é acatada
134 pelo colegiado. **8) Informe sobre a situação do Retiro (saída dos estudantes,**
135 **descupinização e construção da moradia estudantil)** - O aluno Charles fala que não
136 informam mais os alunos sobre o processo de construção e de descupinização. O
137 professor Augusto fala que todos os informes recebidos pela unidade estavam sendo
138 encaminhados para os alunos e que se não chegaram mais é devido a não terem enviado
139 atualizações. A aluna Bárbara fala que os alunos em geral estão tentando se envolver no
140 processo, buscando informações acerca da obra e da descupinização. O professor
141 Augusto fala que será verificado com a SAEP a construção de um GT para
142 acompanhamento da obra, onde os alunos teriam participação. **9) Informes sobre a**
143 **Semana IEAR e AGENDA ACADÊMICA** – A professora Onete agradece a
144 participação dos estudantes no planejamento e na participação do evento da Semana do
145 IEAR, fala que o evento teve um bom resultado e que os vídeos podem ser visualizados
146 no Youtube. O técnico Francisco considera o evento um sucesso, pois foram emitidos
147 mais de 800 certificados, se mantendo na mesma proporção dos eventos presenciais.
148 Com o fim da discussão, o professor Augusto César Gonçalves e Lima agradece a
149 participação de todos. Sem mais nada a tratar, eu, Julio Cesar Barbosa Machado Junior,
150 lavrei a presente ata.

151 Angra dos Reis, 29 de outubro de 2020.

152 Julio Cesar Barbosa Machado Junior